

BAHIA  
CONTEMPORÂNEA

SOB O CRIVO DE  
TRADIÇÕES FORTES

*Conselho Editorial Educação Nacional*

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP  
Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP  
Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp  
Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp  
Prof. Dr. Elton Luiz Nardi – Unoesc  
Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar  
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp  
Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR  
Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC  
Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp  
Profa. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas  
Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp  
Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS  
Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS  
Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI  
Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp  
Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR  
Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

*Conselho Editorial Educação Internacional*

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário  
Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada  
Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro  
Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Profa. Dra. María del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada  
Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho  
Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján  
Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata  
Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

**Conselho Editorial do Laboratório de Edição Fábrica de Letras**

Ana Paula Pacheco (USP)  
André Mitidieri (UESC)  
Antônio Luciano Tosta (KU/USA)  
Berenice Granados (UNAM/México)  
Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha (UFES)  
Cícero Anastácio Araújo de Miranda (UFC)  
Claudio Cledson Novaes (UEFS)  
Denise Dias de Carvalho Sousa (UNEB/Campus IV/Jacobina)  
Jordi Canal i Morell (EHESC/França)  
Marcelo Ferraz (UFG)  
Marcio Roberto Pereira (UNESP/Assis)  
Marcus A. Assis Lima (UESB)  
Mário César Lugarinho (USP)  
Mauro Mamani Macedo (UNMSM/Peru)  
Rejane Cristina Rocha (UFSCar)  
Sônia Queiroz (UFMG)  
Wander Melo Miranda (UFMG)

Jordi Canal  
Luciana Oliveira Correia  
Osmar Moreira dos Santos  
(organizadores)

BAHIA  
CONTEMPORÂNEA

SOB O CRIVO DE  
TRADIÇÕES FORTES

MERCADO<sup>®</sup>  
LETRAS

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Bahia contemporânea: sob o crivo de tradições fortes / organização Jordi Canal, Luciana Oliveira Correia, Osmar Moreira dos Santos. – 1. ed. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2020.

Bibliografia.

ISBN 978-65-86089-48-6

1. Bahia (BA) – Descrição 2. Educação 3. Neocolonialismo  
4. Política cultural 5. Sociologia 6. Tradições populares  
– Brasil I. Canal, Jordi. II. Correia, Luciana Oliveira.  
III. Santos, Osmar Moreira dos.

20-53131

CDD-390

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Tradições culturais: Costumes 390

*capa e gerência editorial:* Vande Rotta Gomide

*preparação dos originais:* Mercado de Letras

*revisão final dos autores*

*bibliotecária:* Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

apoio institucional

**CA P E S**

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

[www.mercado-de-letras.com.br](http://www.mercado-de-letras.com.br)

[livros@mercado-de-letras.com.br](mailto:livros@mercado-de-letras.com.br)

1ª edição

**2021**

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

---

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.  
É proibida sua reprodução parcial ou total  
sem a autorização prévia do Editor. O infrator  
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

---

DEDICAMOS

*a todos os coletivos, de ontem e de hoje, na Bahia, que lutaram e continuam lutando contra as ordens de despejo linguístico, cultural, territorial e ontológica: o si e seu direito de existir, empreendidas pela elite do atraso e seu desprezo pela maior riqueza do Brasil, que é o seu povo!*



## *AGRADECEMOS*

*A todas as instituições parceiras, nesse empreendimento (UNEB, EHESS, UFRB, UEFS, UFBA), pela rede de contatos e tarefas criativas e de resistência a favor de uma Bahia contemporânea: muitos vagalumes em noite escura.*



## SUMÁRIO

Apresentação	
TRADIÇÕES, CRIAÇÃO E RESISTÊNCIA	
VERSUS OS SIGNOS DO FALSO . . . . .	11
<i>Osmar Moreira dos Santos</i>	
capítulo 1	
AS BATALHAS CONTEMPORÂNEAS DE CANUDOS. . .	33
<i>Juan Ignacio Azpeitia</i>	
capítulo 2	
CINEMA NACIONAL E AS EXPERIÊNCIAS	
CONTEMPORÂNEAS DE PRODUÇÃO	
AUDIOVISUAL NA BAHIA . . . . .	49
<i>Cláudio Novaes</i>	
capítulo 3	
EDUCAÇÃO E JUVENTUDE: SUJEITOS,	
PODERES E LIBERDADES NO SÉCULO XXI . . . . .	77
<i>Janaina de Jesus Santos</i>	
capítulo 4	
CULTURAS ESCOLARES NA BAHIA: REFLEXÕES	
CONTEMPORÂNEAS A PARTIR DAS PESQUISAS	
DOS EGRESSOS DA UNEB DE CAETITÉ . . . . .	95
<i>Luciana Oliveira Correia</i>	

capítulo 5	
ARQUIVOS, LITERATURA DE AUTORIA FEMININA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA IMAGEM REFLEXIVA SOBRE A BAHIA . . . . .	117
<i>Jailma Pedreira</i>	
capítulo 6	
LIVRO DIDÁTICO DO TOPA: ESTRATÉGIAS DE LEITURA . . . . .	135
<i>Áurea da Silva Pereira e Edlene Felicidade dos Santos</i>	
capítulo 7	
MULHERES DE AXÉ: MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS . .	151
<i>Ana Rita Santiago</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES E OS AUTORES . . . . .	171

Apresentação  
TRADIÇÕES, CRIAÇÃO E RESISTÊNCIA  
VERSUS OS SIGNOS DO FALSO

A noção de “falso” em “os signos do falso”, aqui, não implica oposição entre falso e verdadeiro como elementos estruturantes do pensamento para que o ser humano, onde quer que habite, possa enfrentar os desafios da representação do mundo e afirmar suas existências e formas de vida, mas implica, sim, como encarar certas formas de representação que, em tempos de “pós-verdade” e oriundas da extrema direita em movimento, têm não apenas tentado invadir os corpos, as subjetividades, os espíritos, as salas de aula e vasculhar nossas casas em busca de signos do chamado “marxismo cultural”, além de simplesmente dizimar pessoas, comunidades, tribos, nações.

Então, não é apenas o pensamento como ato de resistência (quando este interpela o si na sua relação entre o saber e o poder) que está sendo radicalmente ameaçado, mas os próprios processos em que o pensamento se constitui, se elabora, e estabelece as condições de possibilidades de mediação do ser humano com o mundo. As forças reacionárias humanas, demasiadamente humanas, que disseminam “os signos do falso” tornam também reativas tecnologias, armas nucleares, lógica

econômica, culturas religiosas dominantes, entre outras, tanto para impedir pensamentos e suas racionalidades, como para deter tempos e espaços e inviabilizar as linhas de fuga.

Para se enfrentar essa espécie de barbárie, que tem sua origem no argumento judaico-cristão e suas variações e práticas culturais, evoca-se aqui quatro tradições fortes, a saber: a) as sociedades contra o estado, anteriores à ocupação da América pelos europeus, que se desenvolveram entre os indígenas brasileiros e de grande parte da América Latina; b) o cristianismo primitivo, anterior à expropriação de seus valores pela canonização através de sistemas religiosos; c) os quilombos e a diáspora no atlântico negro; d) a Comuna de Paris e seus desdobramentos estético-políticos contemporâneos, sobretudo, em todas essas tradições destacando a produção e o ativo papel das mulheres. Elementos essenciais dessas quatro tradições atravessam os artigos propostos nessa coletânea e se conectam com questões e problemáticas decisivas para se pensar a Bahia e sua contemporaneidade.

Além das inúmeras fontes mobilizadas por esses artigos, evocamos, também, alguns centros de memória, tais como o Memorial da Epopeia do Descobrimento, em Porto Seguro; o Castelo de Garcia D'Ávila ou Casa da Torre, na Praia do Forte, situada no Litoral Norte da Bahia; o Parque de Canudos e o Memorial Antônio Conselheiro, do Campus Avançado da UNEB, em Canudos e o Museu do Homem Americano, em São Raimundo Nonato no Piauí, a fim de mobilizarmos outros signos, que suplementem e dialoguem com os dos artigos, e, com isso, possamos ampliar as condições para se combater os “signos do falso” associados ao passado da Bahia e confrontá-los com os do presente e, com isso, sobrevivermos: dobrando e implodindo a linha reta do tempo, construindo agoridades.

Aprendemos com o educador Paulo Freire, fonte de referência de nossos artigos aqui, que se não houver ser humano, “com o mundo”, para dizer que “o mundo é o mundo”, que o

sol é o sol, que Deus é Deus, tanto o mundo, o sol e Deus, entre outras coisas, nomeáveis pelo ser humano, existiriam, tais e quais, mas sem esses nomes ou atributos; logo, se o nome (das coisas existentes) depende do ser humano para colar-lhe às coisas, e são não houver ser humano para fazer isso, as coisas podem muito bem existir sem seus nomes ou sem serem humanos para nomeá-las ou, ainda, existirem com os seus nomes arbitrários e sob pura responsabilidade de quem os designa e prolifera seus sentidos. Assim, nem mundo, nem sol, nem Deus, são responsáveis pelas lambanças que a nomeação das coisas provoca sobre a existência humana. Além de nomearmos e darmos sentido ao mundo, às paisagens e aos deuses, a língua é nossa condição de entrar na história, como sujeitos, e em vez de apenas estarmos no mundo, tangidos pela linguagem, é decisivo estarmos “com o mundo”, dando forma ao que acontece e fazendo de nossa vida uma obra de arte.

Um exemplo de arqueologia linguística, em território baiano e adjacentes, que merece registro seriam as crônicas seiscentistas, da Carta de Pero Vaz de Caminha, passando pela gramática de José de Anchieta e os tratados de Gabriel Soares de Souza. O nome “Brasil”, antes de referir-se ao pau brasil, foi ilha ou terra de santa cruz ou de vera cruz, mas, como um nome articulado com o aprendizado da língua dos indígenas e sua sistematização numa gramática, foi o mais profundo empreendimento de ocupação da língua dos indígenas com os nomes do mundo ocidental e, com isso, fazer emergir uma pedagogia da memorização, da repetição, da demonização, até os povos originários e ocupantes da terra perderem suas referências linguísticas, culturais, territoriais e ontológicas, quando não, simplesmente, serem dizimadas em nome Deus.

Se é fato incontestável que, em nome de Deus, o colonizador português via nas populações indígenas, um povo sem fé, sem rei e sem lei, a filosofia contemporânea nos ensina a perguntar: e se os colonizadores portugueses vissem os

indígenas como seus pares, como seres humanos, apenas com outros deuses e com outra ordem política e cultural? Aqui, então, depois da pergunta filosófica, entraria a literatura, sem seu aprisionamento ficcional: imaginem o que Jesus de Nazaré ou o cristianismo primitivo, antes de se tornarem, respectivamente, uma personagem do discurso apostólico romano ou um ativismo religioso a ser controlado e combatido a favor de um sistema de controle da subjetividade, da rapina e do roubo das terras, esses se encontrassem com os indígenas nas Américas? Os e as indígenas seriam vestidos (as)? Os valores culturais indígenas, tais como adorar a natureza, praticar a antropofagia, guerrear, afirmar a vida na terra, seriam tidos como pecados e, como tais, todos deveriam ser condenados ou uma revolução através do amor, como promessa, teria sido possível, em vez da barbárie e do genocídio? Jesus de Nazaré ou os seus seguidores no cristianismo primitivo teriam condições de escutar os indígenas antes de prescrever os valores da sua tradição ou se abririam a uma nova combinação civilizatória fundada no amor?

Essa dobra na imaginação criadora, aumentando a potência de seus processos ficcionais, é capaz de imediato provocar um sério abalo em mais de um milênio de canonização do cristianismo, se não vejamos: a) haveria uma diferença da fé propugnada por Jesus de Nazaré aos indígenas, daquela fé propugnada pelos jesuítas da Companhia de Jesus e sua vinculação a um processo colonial, bárbaro e genocida? b) a canonização das palavras de Jesus de Nazaré ou dos primeiros cristãos, do século III ao século XVI, teria preservado, destruído ou aperfeiçoado a vida de todo e qualquer ser humano fundada numa revolução através do amor? c) se os indígenas não tivessem tido essa mediação nefasta da Companhia de Jesus e pudessem dialogar diretamente com Jesus de Nazaré e seus seguidores, antes da canonização apostólica romana: como o sistema afetivo e amoroso da civilização indígena teria se conectado com a noção de amor e de revolução proposta por Jesus de Nazaré e seus primeiros seguidores?

Perguntas semelhantes e com a mesma força de esvaziamento do aparato repressor e genocida da canonização poderiam ser feitas envolvendo as noções de “rei” e de “lei” e, assim, poderíamos tornar visíveis algumas proposições pelas quais se pudesse vislumbrar as primeiras séries de “signos falsos” a saber, proposição 1: a revolução da experiência humana através do amor, na terra, proposta por Jesus de Nazaré e seus primeiros seguidores, é incompatível com o assassinato de seres humanos, em nome de Deus e do amor. Daí a primeira série de signos falsos: indígenas não falam, não pensam, não podem afirmar a sua cultura como oposição a cultura judaico-cristã, logo devem ser salvos; proposição 2: a revolução fundada no amor, para ser universal, deve acolher a diversidade dos afetos de todos os povos existentes na face da terra, senão as regras desse amor seriam prescritivas ou impositivas. Daqui, a segunda série de signos falsos: indígenas não tem sentimento de dor, de alegria, de tristeza, de amizade, de amor, de fé na natureza, na existência e na força de sua cosmologia; proposição 3: se com a revolução burguesa, dois séculos depois da ocupação do Brasil e da América, pelos europeus, cabeças de reis serão guilhotinadas e novas leis serão criadas, abolindo, com isso, um antigo regime, então todo e qualquer poder é vazio ou esvaziável e a criação e aplicação da lei exige cultura e prática política permanente, como numa sociedade contra o estado, típica da civilização indígena. Eis uma terceira série de signos falsos: a fé derivada dos signos judaico-cristãos está acima de qualquer racionalidade econômica e jurídico-política; as querelas religiosas acerca da reforma e contrarreforma estão acima da sistematização e práticas religiosas de matriz indígena, africanas e asiáticas; a leitura da bíblia por homens considerados, por eles mesmos, inspirados por Deus é isenta de contaminação mundana.

A acumulação de mais de um milênio de cultura judaico-cristã no espírito de Pero Vaz de Caminha, o escrivão que testemunha a ocupação das terras indígenas pelo império

português, o tornou cego para não ver (através de comunidades indígenas que os receberam com o mais genuíno signo da amizade) os rastros de mais de quarenta milênios de cultura indígena. Essa acumulação judaico-cristã queria, isso sim, acumular ouro, não importando os meios utilizados para esse empreendimento.

Se Jesus de Nazaré e o cristianismo primitivo nos permite, aqui, formular proposições para se vislumbrar três séries de signos falsos e, com isso, resgatar uma tradição forte das garras do comércio da fé e do deus-dinheiro, podemos, agora, conectar essa tradição forte com a tradição indígena, acentuando sua cultura de guerra e enquanto sociedades contra o estado.

Milhões de indígenas brasileiros que ao longo de milhares de quilômetros do litoral de norte a sul exibiam na superfície uma civilização libertária, fundada na autonomia das comunidades, nações e tribos, através de sua arte corporal, da dança e do ritual antropofágico, como signos de harmonia e vitalidade cultural, esses povos e nações podiam também através dos mais diversos signos culturais (o domínio das florestas, a domesticação de animais, o cultivo da lavoura, da caça e da pesca, e do registro e testemunha de sua história em cerâmicas, pedras, rochas, cavernas, grutas, entre outros textos produzidos pelo gênero humano) demonstrar a profundidade e diversidade infinita de sua civilização, hoje estimada em quarenta milênios por estudos arqueológicos.

Esse livro originário e em movimento que se desenha a partir dos corpos pintados e sua gestualidade, nos conduzindo e convidando a mergulhar em milênios de civilização indígena no Brasil, tem a força de se contrapor ao livro dos hebreus, e com uma diferença radical: se o livro dos hebreus trata de um povo peregrino, sem terra, em busca de uma terra prometida, o livro dos indígenas mostra um povo bem estabelecido em plena harmonia com a terra e a natureza, ou ainda: se o livro dos hebreus estabelece uma origem dos tempos, a partir da qual uma

vontade de narrativa da humanidade se põe em movimento, o livro dos indígenas esvazia essa origem e assim torna possível outras narrativas acerca da humanidade e sua multiplicidade, e mais: o livro originário dos indígenas tem a potência de fazer emergir uma outra língua de cultura capaz de promover aos seus falantes uma completa demolição da lógica genocida judaico cristã.

Assim, em lugar de “salvar essa gente sem fé, nem lei, nem rei”, o livro originário dos indígenas não só testemunha uma lógica criminosa de interação cultural, fundada na desqualificação do outro e na usurpação e expropriação de suas riquezas em nome de uma divindade, igualmente criminosa, mas coloca-se como uma referência cultural e civilizatória para que seja possível mapear quem seriam os autores dessa suposta “salvação”, qual o seu sentido, em que condições ela se daria, quais os efeitos dessa “salvação” sobre os povos indígenas.

Além do mapa desses usurpadores, suas instituições e lógica cultural, o livro originário dos indígenas pode ainda propor uma outra pedagogia, a pedagogia do oprimido, a pedagogia do desmemoriado, a pedagogia do ventríloquo, a pedagogia do recalçado, a pedagogia do despejado de sua língua, cultura e território, a pedagogia da arqueologia cultural indígena, começando pela inversão, ponto por ponto, do sentido de ‘índio’ atribuído pelos colonizadores, bem como pela releitura e escavação e/ou construção do território semântico desse livro originário e sua multiplicidade de signos.

Dito isto ou estabelecido as condições de um contraponto entre o livro dos hebreus e o livro originário dos indígenas, podemos, aqui, fazer novas proposições com suas séries de signos falsos, a saber, proposição 4: a escrita alfabética, se retém alguma coisa da cultura de povos e nações, não esgota a diversidade da expressão humana voltada a afirmação da vida na terra; assim podemos retirar daqui uma nova série de signos falsos: quarenta milênios de cultura no Brasil, produzida pelos

povos originários e autóctones, podem ser apagados pela sua negação na lógica cultural de colonizadores; não há uma cadeia de herança genética dos povos indígenas nos corpos de toda a humanidade; proposição 5: se o planeta terra, quinhentos anos depois da ocupação da América pelo deus-dinheiro, está sob ameaça de uma terceira guerra mundial e suas bombas atômicas e nucleares, então: os indígenas estão equivocados ao fazerem da natureza o sentido da existência humana; a cultura simbólica que afirma e acompanha essa ameaça planetária nada tem a ver com irracionalismos religiosos dominantes; o homem branco anglo-saxônico, protestante, burguês, rentista, não excluiu nem os povos indígenas, nem os povos africanos e asiáticos, em sua vontade imperialista e de dominação econômica e cultural.

Se o livro originário, em movimento, dos povos indígenas pode, em qualquer tempo e lugar, esvaziar o sentido de humanidade proposto e praticado pelo homem branco europeu, católico, anglo-saxônico, protestante, burguês, rentista, nesses últimos quinhentos anos, é com o movimento diaspórico das populações negras afro-brasileiras e afro-americanas que a questão do trabalho, isto é, da escravização de milhões de pessoas ao longo de mais de quatro séculos, faz o problema passar da economia da existência e do massacre das populações originárias para o da economia política.

Através dos corpos de homens, mulheres e crianças negros escravizados e tidos como objetos ou animais semoventes ou propriedades dos senhores de escravos, ao longo de séculos na América, podemos, aqui, além de evocar e cenarizar outra tradição forte, a que envolve o povo negro em resistência, construir novas proposições e outras séries de signos do falso.

Proposição 6: se toda riqueza material existente no Brasil, do período colonial aos nossos dias, derivou, deriva da natureza e de milhões de trabalhadores e trabalhadoras escravizado(a)s, então eis aqui uma sexta série de signos do falso: os negros e negras no Brasil, do século XVI à abolição da escravatura,

passaram de objeto de fato e de direito do senhor de escravos a sujeito de seus destinos como cidadãos e cidadãs; a economia política, como instrumento de pesquisa e de reparação econômica do povo negro do Brasil, é ensinada e praticada em todas as escolas; os policiais negros, como trabalhadores, conhecem economia política concernente à escravização e por isso são solidários à sua raça.

Proposição 7: A justiça em relação aos povos indígena e negro, bem como em relação ao conjunto dos trabalhadores no Brasil, só será feita com a ocupação dos bancos e a apropriação da matéria prima, das máquinas e das fábricas por esses sujeitos de direito. E aqui uma sétima série de signos do falso: o marxismo clássico e contemporâneo, bem como o anarquismo, não tem mais ferramentas para contribuir com o debate sobre a questão da riqueza entre grupos minoritários; todo o discurso e prática política produzida pelos movimentos negros e pelos negros em movimento no Brasil prescinde de uma reflexão econômico-política, que tenha como palavra-chave não apenas a crítica radical da “democracia racial”, mas, também, a necessidade de reparação econômica de quase quatrocentos anos de escravização do povo negro; a trama que envolve a interpretação do Brasil elaborada por sua elite escravocrata, em parceria com a burguesia internacional, dificilmente será desvelada, ou seja, dificilmente os índios, negros e pobres, que produzem de fato a riqueza, deixarão de acreditar que corrupto é o Estado e os políticos, e nunca o mercado de escravos, bancos e bolsas de valores.

Proposição 8: o debate racial, empreendido pelo povo negro no Brasil, é a condição imprescindível para se inverter o sinal de uma sociedade branca ou branqueada racista e criminosa contra a vida, a distribuição da riqueza e a cidadania cultural do povo negro, das populações indígenas e dos pobres. E daqui, a oitava série de outros signos do falso: o povo negro, desde sempre e no cerne de toda a barbárie empreendida pela elite colonial e

brasileira, foi incapaz de identificar e produzir linhas de fuga, sem que estas fossem desbaratadas pelo sistema de controle; assim como não há um livro originário dos povos indígenas, em movimento na sociedade brasileira contemporânea, também não há uma textualidade produzida, urdida, pelo povo negro, em seu movimento diaspórico, capaz de desmontar ou ensinar desmontar, ponto por ponto, o discurso, a lógica e as práticas racistas em curso no Brasil.

Esses valores da tradição do povo negro brasileiro e afrodiaspórico vilipendiados, silenciados tanto pela violência epistêmica como pelos aparatos de repressão e barbárie, postos em movimento no Brasil desde à colonização portuguesa à neocolonização estadunidense, esses valores, em contraponto, se distribuem de ponta a ponta no tempo e no espaço como oxigênio para os pobres, mas devem ser plasmados na forma de uma língua revolucionária, acessível a todos os viventes e sobreviventes nas comunidades quilombolas, nos morros, nas favelas, nos presídios e por toda a sociedade brasileira. A forma dessa língua revolucionária, no espaço público, ou de forma clandestina, deve se conectar tanto com a forma das línguas dos povos indígenas na sociedade contra o estado, em tempos anteriores à ocupação da América pelos europeus, quanto com a forma da Comuna de Paris que, em seus 72 dias de existência banuiu o exército permanente pelo povo armado, constituiu assembleias populares ao mesmo tempo legislativas e executivas, suprimiu os altos salários dos servidores do Estado e tornou o poder (a relação entre Estado, Igreja e Capital) um espaço vazio.

Esses diálogos teóricos e metodológicos entre os saberes historiográficos, educacionais e críticos culturais para se pensar e fazer avançar um olhar sobre a contemporaneidade da Bahia começa, aqui neste livro, a partir da conferência “Los miedos en la historia: una relectura de la guerra de Canudos” proferida pelo historiador Jordi Canal Morell (EHESS), em 16 de maio de 2016 na sala de arte Oswald de Andrade do Programa de

Crítica Cultural, UNEB, em Alagoinhas, em que se pôs em cena um problema crucial tanto para se fazer uma história a partir das margens, do silenciado, dos eventos que se dão nas frestas da historiografia oficial, quanto para se pensar as condições de interpretação e construção de uma Bahia contemporânea, capaz de oferecer outros roteiros para a vida estético-política e cultural.

A releitura da guerra de Canudos, através do medo, indica não apenas uma materialidade incontornável da existência dos sujeitos implicados nesse evento histórico, sem mistificações, mas uma metodologia de trabalho historiográfico para se acompanhar as pegadas de um crime. Quem tinha medo de Antônio Conselheiro e os seus seguidores? Como se configurava a economia da coragem de guerrilheiros e lutadores, indígenas, negros, empobrecidos, que se deslocavam de vários estados do Brasil para irem construir e viver o Belo Monte? Quais as estratégias dos poderosos (igreja, exército e elites) para provocarem o medo e o terror nos sujeitos que resistiam e nos que assistiam, de perto ou de longe?

Se apesar de Euclides, e sua posição a favor da ordem e do progresso prometidos pelo sistema republicano emergente num país de periferia do capitalismo, é possível, a contrapelo, interpretar Antônio Conselheiro como um ativista político que não só inspira e catalisa uma luta coletiva materialista (construir açudes e igrejas, roças, criatórios de cabras, feiras solidárias, recusa ao pagamento de impostos) mas, principalmente, como um sujeito religioso que esvazia os signos de uma religião ortodoxa, conservadora e repressora, suspendendo, com isso, os fantasmas do medo de morrer e dos que compõem o quinto dos infernos, então, já podemos dizer: só o combate insistente e permanente contra os fantasmas postos em nossas cabeças pela legião de covardes armados (com canhões e com a má interpretação da bíblia) teremos condições de superar o medo de lutar pela distribuição equitativa da riqueza produzida com a nossa força física, intelectual e espiritual.

Se o medo da igreja católica conservadora, do Estado republicano emergente e das elites escravocratas no Brasil era, e ainda é, do povo unido e consciente de sua força revolucionária, por sua vez, o medo do povo de se unir e de tornar-se consciente de sua força revolucionária ainda é o medo de um fantasma do deus-dinheiro, vingativo, terrorista, que sempre esteve do lado dos reis, dos papas, dos generais, do sistema jurídico, do sistema midiático e, mais recentemente, de grande parte do sistema de evangelização; ou seja, aquele Jesus de Nazaré, como proponente de uma revolução e de um estilo de vida fundado no amor ou mesmo desse estilo de vida praticado pelos cristãos primitivos, que teriam estabelecido um outro de tipo de contato com os povos originários e que aparecem nas prédicas de Antônio Conselheiro, é um signo decisivo para se esconjurar o medo do deus-dinheiro e seus cúmplices (ou seus inventores) bem como para se armar o povo empobrecido com todos os signos da sua riqueza e afirmar a vida na terra, como se fosse uma vida no céu.

No artigo “As batalhas contemporâneas de Canudos” de Juan Ignacio Azpeitia, doutorando no Programa Literatura e Cultura do Instituto de Letras da UFBA, a narrativa em *Os Sertões*, bem como a vida real de sertanejos e sertanejas das várias Canudos, constituem, conforme sua citação de Jordi Canal, “uma árvore de histórias”, através da qual se possa tomar esse local como uma potência global. Se atualmente há mais de 7 bilhões de seres humanos sobre a terra, dos quais 2/3 se aproximam da linha da pobreza, e onde 1% detém 90% da riqueza mundial produzida por esses 2/3, Canudos, bem como a luta por Belo Monte, é um novo signo do universal, em diferença.

Esse universal em diferença encontra sua forma política quando o Partido dos Trabalhadores no poder da República Federativa do Brasil entre 2003 e 2015 vai, através de sua política cultural, instituir a cultura como um bem simbólico, e como tal, com seu direito de articular-se com o universal, de propor e inventar seus modos de produção, gerar renda e

distribuir-se em feiras de economia solidária. Assim, a Canudos contemporânea, encontra na política cultural instituída, a partir de então, apoio para retomar sua memória, mobilizar seus artistas e produtores culturais num plano decenal de cultura, articulado em níveis territorial, estadual e nacional, e, além de se dar a ver, internacionalmente, como pinturas de Andy Warhol, e pode empreender uma arqueologia do passado a partir do local.

O Parque de Canudos e o Memorial Antônio Conselheiro, como equipamentos do Campus Avançado de Canudos – UNEB, suplementa e toma essa política cultural como objeto de uma política científica, com forte impacto nos currículos escolares da educação básica e na oferta de cursos de graduação, pós-graduação lato sensu e, na iminência, de uma parceria com o Programa de Crítica Cultural, UNEB – Alagoínhas, para instalação de uma turma de Doutorado. Com isso nem o Açude de Cocorobó, criado em 1969 pela Ditadura Militar, com a função de afogar a segunda Canudos, iniciado nos anos de 1950 e, finalizado com urgência, pelos militares da ditadura de 1964 a 1985, nem o capital parasitário dos rentistas, que rouba o dinheiro e o investimento público na coisa pública, impedirá a economia simbólica e criativa de professores, estudantes, artistas, cientistas, religiosos populares, movimentos sociais, agitadores culturais, gestores, entre outros, ativistas, voltadas à construção de Canudos como um Belo Monte: um banco de signos da cultura revolucionária.

É nessa perspectiva que o pesquisador Cláudio Novaes, do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da UEFS, em seu artigo “O cinema nacional e as experiências contemporâneas de produção audiovisual na Bahia”, filia-se a uma interpretação da Bahia e do Brasil através do crivo do nacional popular e explora uma problemática, tendo por hipótese a disseminação da máxima glauberiana de “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça” como um dispositivo para que as comunidades populares desmontem os signos da violência colonial e da cultura de massas, através de oficinas audiovisuais,

bem como redimensionem esses signos de imagem e som, numa outra sintaxe que dramatizem suas identidades, em diferença.

Essa cadeia produtiva, de ponta a ponta na Bahia e no Brasil, teria a potência não apenas de estimular a substituição do dinheiro de cada um investido em pipocas e em cinemas de shopping centers, em netflix, entre outros dragões de assalto à merreca dos pobres, pela criação de um fundo popular de financiamento da produção de periferias e de comunidades rurais, a exemplo das experiências em Tiradentes (MG), Pintadas (Ba), Paulo Afonso (Ba) e Santo Amaro (Ba), mas teria a potência, também, de caçar os fantasmas que procuram destruir a subjetividade do povo empobrecido e fazê-los urrar, em praça pública, para o deleite das crianças e de todos os medrosos.

O que é ter uma ideia em e por um cinema de periferia, com a potência de agenciar as tradições fortes e de combater os signos do falso? O artigo de Novaes, acima mencionado, nos ensina como é possível, através do jogo entre a imagem e o som, cada um de nós se pensando numa relação entre saber e poder, assumir-se como uma dobra do mundo e, assim, dramatizar o que viu numa forma de som, bem como dramatizar o que ouviu numa forma de imagem: linhas de fuga para fazer fugir os fantasmas e reencenar o devir revolucionário nas pessoas.

É com essa pegada, cortante e precisa, que no artigo “Educação e juventude: sujeitos, poderes e liberdades no século XXI”, Janaína de Jesus Santos, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da UNEB – Caetitê, articula o pensamento de Anísio Teixeira, Paulo Freire e Michel Foucault para pensar a escola, ainda, como um lugar do pensamento, apesar de sua vocação disciplinar e aparelho do estado, em conluio com o capital.

Numa arqueologia sobre o nascimento e função da escola e da educação no Brasil, Anísio Teixeira a situa no início do período colonial, mas com a função apenas de educar os filhos de ricos, isto é uma pequena elite de letrados, clérigos, juristas, entre

outros. A escola como uma instituição pública, gratuita, laica e como direito universal de todos e com a função de construir currículos e conteúdos para dar conta de uma interpretação do que está acontecendo no mundo e prospectar o que fazer em termos científicos, profissionais, tecnológicos, linguísticos e humanitários, é uma invenção do final do século XIX (diria, depois da Comuna de Paris), mas com desenvolvimento e investimento do Estado absolutamente desigual entre as nações.

Se para o educador Anísio Teixeira, a escola é uma instituição que além de transmitir cultura entre as gerações e os povos, forma profissionais para o mercado de trabalho e para exercer as funções públicas; para o educador Paulo Freire, que concebe a educação como prática da liberdade, o ato de educar, necessariamente, precisa questionar o sentido social da escolas, suas práticas, sua função bancária e convocar os educandos para o jogo de produção do conhecimento tendo em vista a libertação de educadores e educandos, bem como tendo em vista também a construção de uma nação em condições de combater privilégios, distribuir riquezas, criar e consolidar a cidadania cultural de seu povo. Dialogando com Teixeira e Freire, Foucault vai situar a escola, em sociedades avançadas, com a função de disciplinar, vigiar e punir e, mais recentemente, em diálogo também com Gilles Deleuze, a escola vai funcionar como empresa, com seus gerentes e aparatos de controle, portanto nada de pesquisa ou, no caso dos países periféricos, nada de escolas para todos, muito menos com um currículo que debata a riqueza produzida, os modos de produção e os caminhos para que os trabalhadores e seus filhos assumam o poder político e cultural. Por isso, no excelente artigo de Janaína de Jesus Santos, evoca-se o papel da juventude, principalmente aqueles que, junto com os trabalhadores, construam uma pauta política que recolocuem o problema da escola e da universidade numa sociedade de classes e com a função de pesquisar e combater o parasitismo dos capitalistas rentistas. Educação não é mercadoria.

Com o artigo “Culturas Escolares na Bahia: reflexões contemporâneas a partir das pesquisas dos egressos da UNEB de Caetité” a pesquisadora e historiadora Luciana Oliveira Correia, também do Campus de Caetité – UNEB, demonstra a potência que a pesquisa pode ter quando problematiza as instituições escolares, escuta os sujeitos implicados na prática educativa e estuda os documentos e acervos. E mais: indiretamente torna visível a função que uma instituição como a ANPUH (Associação Nacional de História), e suas seções estaduais, única no Brasil, pode exercer no sentido de estimular o debate permanente sobre o ensino e a pesquisa em História envolvendo, nesse extraordinário trabalho político-científico, pesquisadores docentes e discentes, além dos egressos que atual na escola básica.

Inspirado nesse trabalho político-científico da ANPUH e no da ANPOF (Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia) que, no caso desta última, tem em seus congressos nacionais um espaço para ouvir os docentes que apenas atuam no Ensino Fundamental e Médio, propusemos ao congresso intermediário da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística), em junho de 2019, em Maringá – Paraná e no Fórum de Coordenadores de Programas de Estudos Linguísticos e Estudos Literários do Nordeste, que nossa comunidade científica discuta a possibilidade de se instituir, também, as Seções Estaduais da ANPOLL, com funções semelhantes às da ANPUH e acrescentando a participação dos profissionais de Língua Portuguesa, Literatura, Redação e Línguas Estrangeiras, que apenas atuam na escola básica. A exemplo dos resultados que os pesquisadores discentes orientados por Luciana Correia, aqui tematizados, apresentaram em seus Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação em História, imaginemos a potência de uma ANPOLL estadual estimulando e acolhendo pesquisadores docentes e discentes, bem como os egressos de Letras, ao abriremos outras

problemáticas envolvendo o campo linguístico e o campo literário não só nas práticas educativas no interior da escola básica, ao longo da história no Brasil, mas como prospecções para uma educação linguístico-literária realmente emancipadora e, não apenas, com a função prescritiva de se formar para o uso e ensino da norma culta e fazer da literatura auto ajuda para os farrapos produzidos pelo sistema.

Ampliando e diversificando as questões linguístico-literárias e suas interfaces com as ciências humanas, além de pondo essas questões no interior do sistema escolar, os artigos “Arquivos, literatura de autoria feminina e políticas públicas na Bahia” e “Livro didático do TOPA: estratégias de leitura”, o primeiro produzido pela pesquisadora Jailma dos Santos Pedreira Moreira e o segundo pelas pesquisadoras docente e discente, respectivamente, Áurea da Silva Pereira e Edlene Felicidade dos Santos, as três do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, temos aqui duas questões chave: o anarquivamento da produção de autoria feminina e o controle da alfabetização de adultos pelo livro didático de um programa de governo que quer que a legião de analfabetos da Bahia e do Brasil aprendam a ler e a escrever.

Em “Arquivos, literatura de autoria feminina e políticas públicas na Bahia”, embora as mulheres, sob o jugo cerrado do sistema patriarcal de todos os tempos e lugares, tenham produzido com suas vidas e com sua existência um texto de luta contra a violência doméstica, na tribo, na senzala, na casa grande, e em todos os ambientes onde reina o machismo e a cultura do estupro, e inserido a pauta dessa produção no texto das mulheres que também são escritoras profissionais, pesquisadoras universitárias, ativistas, feministas, ainda assim, é raro encontrar livros sobre essa temática em bibliotecas escolares e comunitárias, muito menos serem temas para programas de estudos multidisciplinares no âmbito do Ensino Fundamental e Médio. Assim, uma pergunta se impõe: qual o papel das mulheres

na educação do Brasil, em todos os níveis e domínios? Como distinguir a prática educativa realizada por mulheres tendo como um crivo dessa prática a cultura do trabalho emancipativo e cidadão e não apenas a reprodução do papel de mães ou babás na sala de aula? Por que aqueles monstros da idade média estão retornando com toda a força, mesmo com o apoio de mulheres, na condenação e extinção dos estudos de gênero na escola?

Por isso que, através do outro artigo “Livro didático do TOPA: estratégias de leitura”, o sistema escolar, mesmo durante o governo do Partido dos Trabalhadores na Bahia e no Brasil, precisa prescrever e controlar a leitura. Indígenas, negros, mulheres, embora pautem questões decisivas e históricas, o sistema político, controlado pelo capital, agora o capital improdutivo e parasitário, sempre tenta impor normas, currículos, vigilâncias, sistema de organização, de classificação, de avaliação que, além de impedir a entrada desses sujeitos nos diferentes níveis de escolarização, institui a meritocracia como um crivo de classe, ou seja, apenas os filhos da elite e da classe média alta podem alcançar o topo da educação e dos aparatos de poder.

Posicionando contra essas prescrições e controle da leitura num programa de política educacional que se intitula Todos pela Alfabetização, o artigo, acima mencionado, mobiliza uma série de estratégias, começando por desmontar o sentido de um livro didático que não considera as especificidades do local onde se encontram os alfabetizandos, nem a acumulação cultural como um ponto de partida para o ato de conhecer e atribuir sentidos a partir de um texto. O artigo denuncia e desmonta, também, a confusão da política de alfabetização e do livro didático adotado em relação à noção e prática de letramento e alfabetização. É possível distinguir, sim, que pessoas, comunidades e tribos podem ter letramento libertário e de resistência, mas não serem alfabetizadas; que pessoas alfabetizadas, mesmo no mais alto nível, podem ser analfabetas políticas; mas o que não pode passar

despercebido é uma política de alfabetização que já pressupõe um adulto analfabeto como um leitor de textos escritos ou que desqualifica o analfabeto que já dispõe de um extraordinário e qualificado letramento.

O artigo “Livro didático do TOPA: estratégias de leitura”, aqui neste livro, e sob o crivo das tradições fortes, sua potência de criação, resistência e combate aos signos do falso, nos estimula a propor, também, outras estratégias de leitura, tratando-se de jovens e adultos, a saber:

a) identificar na turma o campo de trabalho de cada um ou se desempregado o quer fazer; b) se totalmente analfabeta, a turma, criar condições para que todos falem dos signos que compõem seu universo de trabalho (o vaqueiro, do gado, das fazendas, da riqueza do patrão, de sua miséria; o pedreiro, do processo de construção de uma casa, e assim por diante), solicitando a cada um que reúna recortes de revista, de documentos, de plantas de construção, entre outros signos que compõem o mundo do trabalho; c) a partir do nome próprio de cada um, organizar um sistema silábico de escrita e de leitura, semelhante ao promovido por Paulo Freire em seus círculos de cultura e daí produzir todo tipo de pequenos textos, ligando seu nome ao seu mundo de trabalho; d) oferecer um diploma de notório ou mestre do saber, específico para cada área de trabalho, além de debater a necessidade de orientação para o trabalho sindical, cooperativo e político, para que seja possível incluir o seu diploma de mestre de saber como instrumento de valorização de seu trabalho, bem como com seus colegas de profissão montar pequenas empresas ou cooperativas de construção civil ou de trabalho doméstico ou de trabalho na agricultura, entre outras atividades.

No último capítulo, intitulado “Mulheres de Axé: memórias e resistências”, a pesquisadora Ana Rita Santiago, da UFRB, e do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, além de tematizar as tradições afro-

brasileiras suas formas de criação e de resistência sob o crivo das mulheres de axé, nos incita a pensar como essas mulheres expõem os signos do falso produzidos pela lógica dos sistemas religiosos articulados ao capital e sua cultura de depredação e violência.

As memórias dessa mulheres de axé remontam ao cuidado de si e do outro, filho ou irmão e irmã negros, desde o período colonial e são decisivas para se compreender e interpretar o processo de luta que culmina na abolição da escravatura, e além: que culmina na construção da consciência negra e sua luta por reparação econômica e simbólica, encampada pela Fundação Palmares, entre outros movimentos sociais e estéticos negros no Brasil. É no interior dos terreiros, em especial naqueles que deram origem a essa multiplicidade, a exemplo do Terreiro da Casa Branca, fundado no século XVIII, que uma memória ancestral se organiza e se preserva, dando forma a linguagem dos deuses africanos e afro-brasileiros e praticando, acolhendo os acontecimentos religiosos e espirituais do povo negro, irmanado ao povo brasileiro e ao de todo o mundo.

Assim, a contemporaneidade da Bahia, pensada a partir dos crivos dessas tradições fortes e seu combate aos signos do falso, exige, aqui, as seguintes condições epistemológicas e estético-políticas: a) retomar o signo do ouro, falso, que se transformou em dinheiro e, mais recentemente, em moeda digital, acumulada através da dizimação de civilizações inteiras, em nome do amor e da promessa de salvação do deus-dinheiro; b) incluir esse signo do ouro, isto da lógica capitalista, sobretudo a do capitalismo improdutivo e parasitário, em programas de disciplinas da educação básica aos estudos avançados de pós-graduação, para que seja possível, desde cedo, se mapear o capitalismo e sua lógica cultural, de exploração, extermínio e barbárie;

c) desmontar o sistema curricular imposto pelo estado, em conluio com o capital, e propor um outro fundado na

lógica da reparação linguística, cultural, econômica e territorial dos povos indígenas, negros e de todos os empobrecidos do Brasil, em todas as áreas do conhecimento, com isso, colocando a educação no centro da revolução política e cultural; d) demolir todos os fantasmas que povoam a cabeça das pessoas, inculcados pelo sistema religioso dominante, através de um programa de extensão nos bairros de todas as cidades da Bahia e do Brasil em que estudantes e professores, pais de alunos, artistas, associações de moradores, sindicatos, partidos de esquerda, movimentos sociais, discutam, debatam o papel dessas religiões na acumulação e nos crimes do capitalismo. Sem essa condição de possibilidade, coletivamente construída e no espaço público, qualquer *fake news* sobre o “marxismo cultural” pode ter a força de nos confundir, nos anular, nos tornar um farrapo humano, tais como os integrantes desse 1% que detém 90% da riqueza, relegando à miséria 2/3 da humanidade.

Que os leitores e leitoras possam se alimentar, criticamente, de todos os textos aqui reunidos nessa coletânea, e se organizarem em coletivos a favor da construção da cidadania cultural na Bahia e no Brasil.

*Osmar Moreira dos Santos*